



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
FACC – Departamento de Contabilidade  
PRAIA VERMELHA

ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE  
AVALIAÇÃO DE RESULTADO EM EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Por: Lucas Favilla Chaves

Orientador

Prof. Cláudio Maciel

Rio de Janeiro

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO

Lucas Favilla Chaves

ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE  
AVALIAÇÃO DE RESULTADO EM EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Monografia de conclusão de curso apresentada à  
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis -  
FACC - Praia Vermelha - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro - UFRJ, como requisito para obtenção do título  
de bacharel em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro

2021

Autor: Lucas Favilla Chaves  
Matricula: 116057113

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	21
5 CONCLUSÃO.....	29
6 REFERÊNCIAS.....	31

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é o estudo do Patrimônio e suas mutações a partir do uso de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, anotar, acumular, resumir e analisar todos os acontecimentos que afetam a condição patrimonial de uma pessoa.

Como ciência é o conhecimento certo das causas, e como não há possibilidade de se determinarem as causas das variações patrimoniais sem analisar a origem e as mutações dos elementos que compõem o patrimônio, a análise de balanços constitui uma das formas de se identificarem aspectos científicos na contabilidade, pela relação de causa e efeitos.

Analisando o contexto anterior, o problema de pesquisa pode ser abordado mediante o seguinte questionamento: como a análise econômico financeira pode contribuir na avaliação de desempenho de uma empresa de sociedade anônima?

Em um cenário empresarial torna-se fundamental a análise das demonstrações econômicas e financeiras, que pode ser utilizada como um instrumento de suma importância no processo decisório, proporcionando maior visualização da situação econômica e financeira da empresa, bem como disponibilizar projeções futuras para a mesma.

O objetivo geral está em abordar a análise econômico financeira como um instrumento de avaliação de resultado e desempenho para as empresas sociedades anônimas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A metodologia que consiste em um processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos científicos para encontrar respostas para um problema. Para esta pesquisa, é obrigatório avaliar se o problema apresenta interesse para a comunidade científica e se constitui um trabalho que irá produzir resultados novos e relevantes para o interesse social.

Segundo Andrade (2010, p.129), a metodologia “é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Segundo Gil (2010, p.29),

diz que na metodologia são descritos “[...] procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa”.

Sendo assim, a metodologia utilizada será a descritiva e exploratória, por meio de revisão bibliográfica em livros, artigos e periódicos online, abordando a temática da importância da análise econômico financeira como um instrumento de avaliação de resultados nas empresas sociedades anônimas. Como informação adicional, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2013) afirma que a análise das informações contábeis e financeiras é o ponto inicial para que se conheça a companhia na qual se pretende investir ou com a qual se pretende manter alguma relação, permite que seja elaborado um retrato evolutivo patrimonial e financeiro da empresa, através de análises dos indicadores obtidos das informações contábeis. A análise fundamentalista, bem como adotada pelas premissas CVM, baseia-se em objetivos buscados nos médio e longo prazos e nas pressuposições a seguir: possibilidade de medição da relação entre valor e fatores financeiros, correção de desvios ao longo do tempo, estabilidade, possibilidade de averiguar sub ou sobre avaliação de preços, fundamentalismo dos modelos de avaliação para que se possam determinar os valores reais de mercado.

A análise das informações contábeis nos leva a noção detalhada da saúde econômica, financeira e patrimonial da entidade, tornando viável a comparação com outras empresas do mesmo ramo, conforme Azevedo *et al* (2013). Tal comparação é importante para as tomadas de decisões gerenciais e que possuem total importância para investidores e credores, além de outros usuários das informações contábeis da entidade. Sendo assim, para uma análise fidedigna, devem ser levadas em consideração a avaliação do Balanço Patrimonial (BP), Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), sendo estes cruciais para se ter como base de qualquer análise, além da DMPL, DVA, DFC, relatórios da administração e pareceres da auditoria, entre outros.

Na mesma linha de raciocínio, Marion (2012) diz que a importância da análise das demonstrações elaboradas pelas contabilidades corporativas é crucial para acompanhar a evolução da entidade, uma vez que este tipo de estudo leva em consideração a evolução histórico, já que este é o seu eixo primordial para qualquer tipo de comparação. A evolução histórica da entidade, por meio de análises de números progressos fornece maiores detalhes sobre a companhia no que tange a

eficiência da gestão da entidade, bem como sua comparação com seus pares. Além disso, esta comparação histórica fornece maior transparência e credibilidade aos seus investidores e a usuários das informações financeiras, de maneira generalizada, principalmente tratando-se de empresas de sociedade anônima.

## **2 A CONTABILIDADE E ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS**

### 2.1 CONTABILIDADE EMPRESARIAL: CONSTITUIÇÃO SOCIETÁRIA

A pessoa jurídica é uma construção elaborada pela ciência do Direito, em decorrência da necessidade social de criação de entidades capazes de realizarem determinados fins, que não são alcançados normalmente pela atividade individual isolada (NADER, 2004).

A sociedade empresária é a pessoa jurídica que explora uma empresa. Em outros termos, se duas ou mais pessoas pretendem desenvolver, em conjunto, uma atividade econômica, abrindo algumas alternativas no plano do direito, para a composição dos seus interesses. (COELHO, 2007)

Já a sociedade simples, é a pessoa jurídica que realiza atividade intelectual, de natureza científica, literária ou artística, mesmo por meio do concurso de auxiliares ou colaboradores (ASHIKAGA, 2003).

Uma sociedade empresária pode ser: em nome coletivo, em comandita simples, limitada, anônima ou em comandita por ações, que são abordadas detalhadamente no item a seguir.

Em relação aos tipos de sociedades empresariais mais utilizadas, citam-se os seguintes (COELHO, 2007, p.475):

- “Sociedade Simples: esta denominação abrange todas as sociedades que não exerçam atividades empresárias (atividade econômica organizada profissionalmente para produção ou circulação de bens e

- serviços) ou cujo objeto consista no exercício de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística;
- Sociedade em Nome Coletivo (art.1.039 à 1.044, do Código Civil): é uma típica sociedade de pessoas, com objeto comercial ou civil, em que a responsabilidade dos sócios é solidária e ilimitada;
  - Sociedade em Comandita Simples (art.1045 à 1.051, do Código Civil): se caracteriza pela existência de duas espécies de sócios: os comanditados, que representam e administram a sociedade e os sócios comanditários, que podem ser pessoas físicas e jurídicas, mas que não participam da administração da sociedade. Os sócios comanditados respondem solidária e ilimitadamente em face das obrigações sociais, enquanto os sócios comanditários, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, respondem somente pelo valor de suas quotas no capital social. Não tem necessidade de ser aplicada na empresa, onde os sócios buscam responder suas quotas limitadas;
  - Sociedade Limitada (art. 1.052 à 1.054, do Código Civil): é aquela em que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, que se encontram representadas no Capital Social. Assim, esta espécie societária garante a seus sócios a limitação da responsabilidade, estabelecendo uma clara divisão entre o patrimônio da sociedade, representado pelo Capital Social e o patrimônio pessoal dos sócios. Cada sócio somente responde pela parcela do capital que integralizar, como ocorre nas sociedades anônimas. Porém, enquanto não houver integralização total do capital, os sócios assumem responsabilidade solidária pelo montante que faltar do capital subscrito;
  - Sociedade em comandita por ações (art. 1.090 e 1.091: tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, sem prejuízo das modificações constantes deste Capítulo, e opera sob firma ou denominação. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade. Se houver mais de um diretor, serão solidariamente responsáveis, depois de esgotados os bens sociais. Não há necessidade de utilizar este tipo de sociedade, por caracterizar pela divisão de ações;
  - Sociedade Anônima: está disciplinada nos arts. 80 a 98 da Lei nº 6.404/1976, e poderá ser por meio de subscrição particular ou pública. Na constituição por subscrição particular, os subscritores do capital se reúnem e por instrumento particular, representado pela ata da assembléia geral na qual é aprovado o estatuto, dão por constituída definitivamente a sociedade. A subscrição do capital se procede, particularmente, pelo próprio acionista, sem apelo ao público. Na constituição por subscrição pública, em que o capital se forma por apelo público aos subscritores, surge a figura do fundador, que se encarrega de liderar a formação da sociedade em etapas sucessivas. A lei, nesse caso, prescreve minucioso roteiro de formalidades e publicidade, que constituem proteção e garantia do público que aderir à subscrição. Este tipo de sociedade atua com capital aberto, e sua constituição por subscrição público, bem como devem ser publicadas de forma pública, isto é, publicação em jornal.”

Neste contexto, busca-se abordar melhor a sociedade anônima mediante os artigos 1088 e 1089 do Código Civil de 2002:

“Art. 1.088. Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.  
Art. 1.089. A sociedade anônima rege-se por lei especial, aplicando-se lhe, nos casos omissos, as disposições deste Código. (BRASIL, 2002).”

Sendo assim, a Sociedade Anônima é regida por Lei própria, sendo a Lei nº. 6.404/76. Ela é uma sociedade de capital, onde o capital social é dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios pelas obrigações contraídas pela sociedade é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas e não integralizadas, conforme o previsto no artigo 1.088 do Código Civil e artigo 1º da Lei 6.404/76, a Lei das S/A. Esta sociedade será sempre empresária independente da atividade que explore (CORRÊA-LIMA, 2003).

As Sociedades Anônimas podem ser classificadas em Abertas ou Fechadas. Abertas são aquelas que admitem a negociação de seus valores mobiliários no Mercado de Balcão, ou Bolsa de Valores, e Fechadas as que não admitem negociação de seus valores mobiliários no Mercado de Balcão, ou Bolsa de Valores, sendo o acesso ao quadro social restrito.

No caso de uma Sociedade Anônima de tipo fechada a subscrição ocorre quando os sócios se reúnem e via ata de assembleia há aprovação do estatuto, constituindo desta forma a sociedade. Tendo como requisitos o mínimo de duas pessoas sendo física ou jurídica, onde estes devem subscrever o total de ações do capital social definido na criação do estatuto e por fim o depósito de no mínimo 10% do valor a ser subscrito no Banco do Brasil S/A, ou em outro banco autorizado pela comissão de Valores Imobiliários (CORRÊA-LIMA, 2003).

A Sociedade Anônima de tipo Aberta ocorre com a venda de ações no mercado, tendo uma pessoa, o fundador, responsável por formar a sociedade de acordo com as características a seguir (CORRÊA-LIMA, 2003):

- Autorização da CVM para negociar seus valores mobiliários em Bolsa ou Balcão.
- Lei de Mercado de Capitais (Lei n.º 6.385/76, alterada pela Lei n.º 9.457/97).
- Regulamentação da CVM (autarquia federal).
- Movimentação de valores na Bolsa de Valores.
- Nesse ponto, faz-se necessário entender um pouco acerca do Mercado de Ações, que é composto de órgãos que regulamentam e fomentam a circulação de valores emitidos pelas S/A, destacando-se entre eles a Bolsa de Valores e o Mercado de Balcão.



- **Bolsa de Valores** É a Bovespa e o BM&F onde ocorre a venda de valores ao público em geral. É chamada de mercado secundário, não por sua importância (que é grande), mas pelo fato de que a primeira circulação de ação não pode ocorrer nela. É entidade privada cuja criação e funcionamento é regulamentada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários, ligada ao Poder Público Federal), operando com mercado que abrange as operações de compra e venda de valores.
- **Mercado de Balcão** são as instituições financeiras que negociam ações. É chamado de mercado primário, porque nele obrigatoriamente deve ocorrer a subscrição pública das ações, ou seja, quando a S/A emite ações e as disponibiliza aos investidores em geral, isso ocorre, obrigatoriamente no Mercado de Balcão.

Subscrever é contribuir para o capital social da S/A, esta operação será sempre realizada no Mercado de Balcão. Aquisição é a mera compra de ações de propriedade de um terceiro, que pode ocorrer na Bolsa de Valores ou qualquer lugar apropriado, inclusive no Mercado de Balcão.

Na denominação, é obrigatória a identificação do tipo societário por meio da expressão “sociedade anônima” (ou sua abreviatura “S/A”) ou “companhia” (abreviadamente, “Cia”). a primeira pode localizar-se em qualquer parte do nome empresarial, mas a outra expressão identificadora do tipo não pode ser utilizada como a última palavra. Assim, são exemplos de nome de sociedade anônimas: S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Petrobras Distribuidora S.A., Companhia Industrial de Conservas Alimentícias etc. (COELHO, 2002)

Dentre as possibilidades de constituição de sociedade, foi decidido montar uma sociedade limitada, pois este tipo de sociedade não requer um investimento financeiro muito alto para se dar início ao negócio, necessita de menos burocracia do que o modelo de S/A, também não é uma empresa que espera uma receita muito grande, por não esperar uma grande receita o número de sócios também não é alto, afinal não é um grande atrativo para novos entrantes societários. Outro motivo para a escolha da sociedade limitada é o fato de que as obrigações dos sócios são limitadas ao valor investido, não correndo risco de perder mais do que o investimento.

A contabilidade para Favero et al., (2011, p.9) “é uma área de conhecimento cuja evolução sempre esteve associada ao desenvolvimento das atividades

mercantis, econômicas e sociais”. Embora os governos, de muitos países usam a contabilidade como instrumento para arrecadar impostos tornando-a obrigatória (MARION, 2009), ela vai muito além de auxiliar o governo para cobrança de impostos, sendo útil para a gestão dos negócios.

Com base nas informações contábeis os usuários podem elaborar estratégias e tomar decisões. No tocante à geração de informações a Contabilidade propicia o registro, a síntese, a análise e a interpretação das transações que ocorrem no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. O resultado desse processo chega até os usuários através de relatórios contábeis (FAVERO et al., 2011).

As demonstrações contábeis representam os meios pelos quais as informações contábeis são fornecidas aos usuários da contabilidade que são as pessoas interessadas na saúde econômica e financeira das entidades (Marion, 2009). Classificam-se os usuários em internos e externos. Assim, o conhecimento das correlações existentes entre indicadores de uma empresa e destes com indicadores econômicos poderia ajudar tanto os usuários internos e externos no seu processo de tomada de decisões. As demonstrações contábeis mais tradicionais da contabilidade são: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração de Resultado; c) Demonstração do Resultado Abrangente; d) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e; f) Demonstração do Valor Adicionado. Destas demonstrações são extraídos inúmeros indicadores para análise da saúde financeira, patrimonial e econômica das empresas

## 2.2 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

Sobre Demonstrações Contábeis podemos afirmar que:

“É a forma de evidenciar um conjunto de contas em decorrência de fatos contábeis ocorridos no período, a partir das demonstrações de uma entidade é possível fazer uma análise e saber a situação da empresa e que decisão tomar.

Segundo as leis 6.404/76 e 11.638/07 as demonstrações contábeis são obrigatórias e devem ser apresentadas e divulgadas pelas sociedades por ações (S/A) e equiparadas, porem serve de parâmetro para as demais empresas, pois os conceitos das S/As são aceitos pelas instituições reguladoras da contabilidade.” (MOREIRA, 2011, p. 33)

### 2.2.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a forma simplificada de relatar situação da empresa no momento de forma sintética das informações. Para os interessados em saber a situação patrimonial da empresa com base nas informações extraídas do BP e é possível fazer análises para verificar a mutação da entidade se houve maior endividamento ou enriquecimento, disponibilidades para fazer novos investimentos e para quitar suas obrigações com terceiros, para Assaf Neto (2008, p.68):

“O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que este demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.”

O Balanço é composto por três partes essenciais: Ativo (bens e direitos), Passivo (obrigações) e Patrimônio Líquido (diferença entre o ativo e o Passivo), estudando cada parte e as rotinas e procedimentos contábeis, torna-se muito fácil entender o que é o Balanço.

### 2.2.2 Demonstração de Resultado do Exercício - DRE

Para uma definição clara da demonstração do resultado do exercício, podemos entender que:

“A Demonstração do Resultado do Exercício, elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa em um determinado período, onde sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessada, o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo.” (GONÇALVES, BUGAY e PEREIRA, 2014)

Com os dois relatórios, qualquer pessoa interessada nos negócios da empresa em condições de obter informações, fazer análises, estimar variações, tirar conclusões de ordem patrimonial-econômico-financeira, traçar novos rumos para futuras transações, para tanto, é só praticar adequada técnica de Análise e Interpretação de Balanço e outros processos fornecidos pela contabilidade. Para Ludícibus (2015, p.48):

“A demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).”

A demonstração do resultado do exercício é destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período nas operações de uma empresa nela é feito a confrontação das receitas e despesas fornecendo um resumo dos valores do resultado de uma empresa. Compõem a DRE as receitas, custos, despesas, que resulta no resultado do período, conforme modelo a seguir:

#### QUADRO 1 – MODELO DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

<p>Demonstração do Resultado do Exercício</p> <p>Receita Bruta de Vendas e Serviços</p> <p>(-) Deduções, descontos concedidos, devoluções</p> <p>(-) Impostos sobre vendas</p> <p>= Receita Operacional Líquida</p> <p>(-) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados</p> <p>= Lucro Bruto</p> <p>(-) Despesas de vendas</p> <p>(-) Despesas Administrativas</p> <p>(-) Outras despesas operacionais</p> <p>(+) Outras receitas operacionais</p> <p>= Lucro Operacional Líquido</p> <p>(+/-) Resultado não Operacional</p> <p>(+/-) Saldo da conta de correção monetária</p> <p>= Lucro Antes da Contribuição Social</p> <p>(-) Provisão para contribuição social</p> <p>= Lucro Antes do Imposto de Renda</p> <p>(-) Provisão para imposto de renda</p> <p>= Lucro Líquido Antes de Participações e Contribuições</p> <p>(-) Participações</p> <p>(-) Contribuições</p> <p>= Lucro Líquido do Exercício</p> <p>= Lucro por Ação</p>
--

Fonte: Adaptado Marion (2009)

#### 2.2.3 Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL)

A DMPL traz com evidencia a viação das contas que estão na composição do patrimônio líquido (PL) da empresa em um a determinado período, importante, pois mostra se houve aumento ou diminuição do PL, para Silva (2007, p.96)

Para fins de análise, a demonstração das mutações do patrimônio líquido é mais informativa e mostra as movimentações ocorridas com os lucros ou prejuízos acumulados e as movimentações ocorridas com os lucros ou prejuízos acumulados e as movimentações ocorridas nas demais contas que integram o patrimônio líquido.

Na sua formação é discriminado o saldo inicial do período, os ajustes de exercícios anteriores, as reversões e transferências de reservas e lucros, os aumentos de capital discriminando a sua natureza, a redução de capital e os ajustes de avaliação patrimonial do ativo e passivo. As empresas S/A estão obrigadas a publicar essa demonstração de acordo com a instrução CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 59, de 22-12-1896, conforme exemplo abaixo:

#### QUADRO 2 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 20X3 E 20X2					
Em milhares de reais					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 20X1	304.620	-	6.725	16.398	327.743
Lucro líquido do exercício	-	-	-	78.126	78.126
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	3.396	-3.906	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-28.299	-28.299
Dividendos propostos	-	-	-	-45.101	-45.101
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 20X2	304.620	-	10.631	17.218	332.469
Subvenção para investimentos	-	3.397	-	-	3.397
Lucro líquido do exercício	-	-	-	102.149	102.149
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	5.108	-5.108	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-33.814	-33.814
Dividendos propostos	-	-	-	-63.227	-63.227
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 20X3	304.620	3.397	15.739	17.218	340.974

Fonte: Adaptado Marion (2009)

#### 2.2.4 Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é uma demonstração de grande importância, pois abrange as disponibilidades da empresa com ênfase nas contas, traz com evidência essas informações, tendo essas informações mostra a situação empresa e a capacidade disponível para honrar seus compromissos e a movimentação do período. A Lei nº11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76 das Sociedades Anônimas, sendo a partir desta lei obrigatório as companhias abertas a publicação da DFC.

Para Marion (2009, p. 52), a demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia “as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da companhia e em determinado período, por meio dos fluxos de recebimento e pagamentos”.

Vale a pena ressaltar o significado do conceito, equivalente a caixa, no qual equivale às aplicações de liquidez imediata, que constitui as aplicações que podem resgatadas de maneira imediata, quando resgatadas apresentam um risco de baixa alteração no valor. Para a elaboração da DFC, existe o método direto e indireto, a diferença entre os métodos existe na forma de demonstrar os fluxos das atividades operacionais. Os fluxos das atividades financiamentos e das atividades investimento são demonstrados de forma igual nos dois métodos citados.

#### 2.2.4.1 Método Direto

O método direto é a forma que melhor representa o fluxo de caixa, pois as movimentações dos recebimentos e dos pagamentos são mais detalhadas, para Hernandez (2006, P.247) “consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de pagamentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas”. Conforme exemplo abaixo:

#### QUADRO 3 – DFC MÉTODO DIRETO

Saldo Inicial

**Entradas**

Receita Operacional Recebida

Receitas Financeiras

Recebimento de Coligadas

Vendas Investimentos

Aumento de Capital em \$

**Saídas**

Compras Pagas

Despesas de Vendas Pagas

Despesas Administrativas

Despesas Financeiras

Imposto de Renda

Dividendos Pagos

Saldo Final

Fonte: Adaptado Marion (2009)

#### 2.2.4.2 Método Indireto

O método indireto traz esta nomenclatura por não trazer diretamente as variações nas disponibilidades, tendo uma análise mais detalhada nas demais contas do ativo e do passivo circulante, para Hernandez (2006, p.249) “ É o método através do qual se ajusta o lucro líquido de forma a reconciliá-lo ao fluxo de caixa líquido das vantagens operacionais.” Assim temos o exemplo a seguir:

QUADRO 4 – DFC MÉTODO INDIRETO

<b>A) Atividades Operacionais</b>
<b>Lucro Líquido</b>
(+) Despesas Econômicas
Depreciação
<b>Ajuste por mudanças no Capital de Giro</b>
<b>Ativo Circulante</b>
Duplicatas a Receber – aumento (reduz o caixa)
Estoque – aumento (reduz o caixa)
<b>Passivo Circulante</b>
Fornecedores – aumento (melhora o caixa)
Salários a Pagar – aumento (melhora o caixa)
Impostos a Recolher – redução (piora o caixa)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
<b>B) Atividades de Investimento</b>
Variação do Imobilizado
Vendas de Ações de Coligadas
Recebimentos de Empresas Coligadas
<b>C) Atividades de Financiamento</b>
Novos Financiamentos
Aumento de Capital em Dinheiro
Dividendos
Redução de Caixa no ano
Saldo Inicial do Caixa
Saldo Final do Caixa

Fonte: Adaptado Marion (2009)

Portanto no método indireto são ajustados ao lucro líquido considerando o valor das operações que são consideradas receitas ou despesas de forma que não afetam as disponibilidades, podendo demonstrar a viação que teve no período.

## 2.3 ANÁLISE FINANCEIRA

No que tange a definição da análise das demonstrações financeiras ou contábeis, podemos entender que:

“É a técnica contábil que consiste na decomposição, comparação e interpretação das demonstrações contábeis. A análise do ponto de vista financeiro leva em consideração o fluxo de caixa. Nesse sentido, são considerados aspectos como, por exemplo, a capacidade de pagamento das obrigações. Os processos mais utilizados na análise das demonstrações contábeis são: análise horizontal e análise vertical.” (MOREIRA, 2011, p. 38)

### 2.3.1 Análise vertical e horizontal

A análise horizontal reflete na verificação da evolução de elementos do patrimônio ou das receitas e despesas de um determinado período. Sendo assim, é possível a comparação entre numerários de naturezas similares entre exercícios distintos. Torna-se necessário pelo menos dois exercícios para efeito de comparação dos mesmos elementos em demonstrações de períodos diferentes.

“Entende-se por análise horizontal de demonstrações financeiras o acompanhamento da evolução, no tempo, de um dado item de uma demonstração. Conseqüentemente, ela envolve o cálculo de porcentagens de variação de cada item considerado, entre um ano (ou período) e outro, quando se trata de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados.” SANVICENTE (2007, p.172)

A Análise Horizontal de qualquer companhia é calculada de acordo com a equação abaixo:

$$\text{Análise Horizontal} = \left( \frac{\text{Conta do Exercício Atual}}{\text{Conta do Exercício Anterior}} - 1 \right) \times 100$$

Já a análise vertical envolve a relação entre um elemento e o grupo de que ele faz parte. Relaciona a parte com o todo. A análise vertical envolve elementos homogêneos, mas relativos a um mesmo exercício. A análise vertical consiste na determinação da porcentagem de cada conta ou do grupo de contas em relação ao seu conjunto. Este processo é também conhecido por análise de coeficientes (RIBEIRO, 2003).



“Em relação a análise Vertical, o enfoque de tratamento dos valores contidos nas demonstrações, passa a ser com a participação relativa de cada item no total, ou seja, com a composição percentual de uma demonstração. A análise vertical refere-se a uma data ou a um período, evidentemente, é necessário comparar as análises verticais de demonstrações de datas ou períodos diferentes para se poder chegar a uma explicação mais apropriada dos acontecimentos observados.” SANVICENTE (2007, p.173)

O cálculo da análise vertical para qualquer companhia está descrito na equação abaixo:

$$\text{Análise Vertical do Balanço} = \left( \frac{\text{Conta do Exercício Atual}}{\text{Ativo Total}} \right) \times 100$$

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do exposto acima, o propósito deste trabalho pode ter como classificação o objetivo de coletar informações acerca das informações financeiras da companhia Orizon Valorização de Resíduos S/A, tanto do seu patrimônio e do seu resultado para estudo de seus indicadores e de sua realidade operacional. Sendo assim, este estudo tem como base as notas explicativas da entidade nos anos de 2020 em comparação com 2019.

QUADRO 5 – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM MILHARES DE REAIS DA ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS EM 2020

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	1	6.044	2.317
Títulos e valores mobiliários	4	5	2	10.511	11.526
Caixa restrito	5	-	-	-	1.609
Contas a receber de clientes	6	-	-	112.143	80.839
Impostos e contribuições a recuperar	7.a	6	7	9.758	8.485
Partes relacionadas	8	-	-	-	6.000
Adiantamentos	9.a	4.129	1.455	17.061	12.257
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.141</b>	<b>1.465</b>	<b>155.517</b>	<b>123.033</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários	11	8.110	-	8.135	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	9.730	15.474
Partes relacionadas	8	5.982	5.982	8.485	3.220
Depósitos judiciais e cauções	18.c	11	11	8.498	6.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d	-	-	82.727	112.994
Adiantamentos	9.a	-	-	5.999	5.960
Investimentos	10	743.923	456.951	-	-
Imobilizado	11	-	-	284.195	272.158
Intangível	12	-	-	96.374	102.423
Direito de uso	13	-	-	11.201	11.585
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>758.026</b>	<b>462.944</b>	<b>515.344</b>	<b>530.081</b>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	43.921	28.517
Arrendamentos	13	-	-	5.493	4.633
Fornecedores	14	812	90	43.166	46.505
Outorgas a pagar	15	-	-	7.412	6.441
Salários e encargos sociais	16	-	-	9.789	9.530
Impostos e contribuições a recolher	7.b	60	45	39.696	21.415
Parcelamento de impostos	17	-	-	6.707	4.243
Adiantamento de clientes	19	-	-	17.628	18.864
Partes relacionadas	8	-	61.507	-	61.507
Aquisições a pagar	-	-	-	-	629
Contas a pagar	20	1.545	-	10.272	11.282
Outros passivos circulantes	9.b	63	59	15.054	13.639
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.480</b>	<b>61.701</b>	<b>199.138</b>	<b>227.205</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	553.610	425.492	281.737	418.862
Arrendamentos	13	-	-	6.226	7.530
Parcelamento de impostos	17	-	-	23.660	10.313
Provisão para perdas em investimentos	10	-	-	1.003	1.581
Partes relacionadas	8	107.763	33.856	-	130
Provisão para contingências	18.a	-	-	34.762	18.991
Adiantamentos de clientes	-	-	-	5.149	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d	14.684	44.437	14.684	44.437
Pis e cofins diferidos	7.e	9.105	9.105	9.105	9.105
Contas a pagar	20	7.103	-	12.671	13.383
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>692.265</b>	<b>512.890</b>	<b>388.997</b>	<b>524.332</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21.a	544.323	543.448	544.323	543.448
Instrumentos patrimoniais	21.b	30.877	30.877	30.877	30.877
Reserva especial de ágio	21.c	3.023	3.023	3.023	3.023
Bônus de subscrição	21.d	156.664	-	156.664	-
Ajuste de avaliação patrimonial	21.e	10.359	10.359	10.359	10.359
Prejuízos acumulados	-	(677.824)	(697.889)	(677.824)	(697.889)
		<b>67.422</b>	<b>(110.182)</b>	<b>67.422</b>	<b>(110.182)</b>
Participação de controladores		67.422	(110.182)	67.422	(110.182)
Participação de não controladores		-	-	15.304	11.759
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>67.422</b>	<b>(110.182)</b>	<b>82.726</b>	<b>(98.423)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>762.167</b>	<b>464.409</b>	<b>670.861</b>	<b>653.114</b>

Fonte: Demonstrações financeiras auditadas da Orizon Valorização de Resíduos de 2020

QUADRO 6 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO EM MILHARES DE REAIS DA ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS EM 2020

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	22	-	-	<b>391.968</b>	348.153
Custo dos serviços prestados	23	-	-	<b>(245.170)</b>	(241.687)
Lucro bruto		-	-	<b>146.798</b>	106.466
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	<b>(1.465)</b>	(192)	<b>(49.920)</b>	(51.269)
Outras receitas (despesas), líquidas		-	-	<b>5.822</b>	(6.863)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial		<b>(1.465)</b>	(192)	<b>102.700</b>	48.334
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	<b>174</b>	94.303	<b>26.474</b>	62.892
Despesas financeiras	24	<b>(138.705)</b>	(61.147)	<b>(82.331)</b>	(52.002)
Resultado de equivalência patrimonial	10	<b>130.308</b>	(37.796)	<b>578</b>	(1.134)
Provisão para redução ao valor recuperável	12	-	-	-	(68.382)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(9.688)</b>	(4.832)	<b>47.241</b>	(10.292)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8.c	-	(14.655)	<b>(23.297)</b>	(9.985)
Diferido	8.c	<b>29.753</b>	-	<b>(514)</b>	3.696
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<b>20.065</b>	(19.487)	<b>23.610</b>	(16.581)
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				<b>3.545</b>	2.906
Controladores				<b>20.065</b>	(19.487)
Prejuízo básico por ação	21	<b>0,37</b>	(0,38)	<b>0,44</b>	(0,32)
Prejuízo diluído por ação	21	<b>0,28</b>	(0,37)	<b>0,33</b>	(0,31)

Fonte: Demonstrações financeiras auditadas da Orizon Valorização de Resíduos de 2020

Com as devidas informações acima, prosseguimos com as análises horizontal e vertical, análises da composição de endividamento, participação do capital de terceiros, financiamento dos ativos da companhia estudada, imobilização do patrimônio líquido e indicadores de todos os tipos de liquidez da companhia, bem como outros indicadores relacionados ao resultado da companhia em questão, organizando nossos resultados e conclusões nos tópicos abaixo.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para melhor análise dos resultados do presente trabalho, foi escolhida uma empresa constituída mediante sociedade anônima, que atua no segmento de energia sustentável. A empresa é a Orizon Valorização de Resíduos S.A., a análise econômico e financeira foi realizada com base nas demonstrações contábeis consolidadas (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício), nos exercícios de 2019 e 2020, conforme quadro dispostos anteriormente neste mesmo trabalho.

A avaliação das modificações das contas poderá ser realizada por meio da comparação com:

- Variações históricas da própria empresa;
- Taxas de crescimento da economia;
- Taxas de crescimento do setor a que pertence a empresa;
- Taxa de variação da inflação oficial; e
- Variações nas contas idênticas das demonstrações contábeis de concorrentes próximos.

### 4.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir apresentam-se comentários da análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis (BP e DRE) referente aos anos 2019 e 2020 da Orizon Valorização de Resíduos S.A.

A análise vertical avalia a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo. Com base nos dados dos Balancetes Patrimoniais Consolidados, verifica-se que o Ativo Circulante representa 23,18% do Ativo Total no ano de 2020, enquanto em 2019 o percentual de participação é de 18,84%, sendo que 42,36% desta participação corresponde a rubrica do ativo Imobilizado em 2020. As maiores variações ocorridas entre os períodos são referentes ao ativo imobilizado e a rubrica de contas a receber, uma vez que foram realizadas melhorias nos aterros sanitários para melhor gestão da captação dos créditos de carbono (energia limpa). Por consequência, como aumento do seu ativo operacional, entendemos que seria esperada um aumento no seus valores de receita e de contas a receber.

A respeito do passivo, os percentuais se encontram distribuídos da seguinte maneira, para as demonstrações financeiras consolidadas: 29,68% para o passivo circulante em 2020 contra 34,78% em 2019, 57,98% para o passivo não circulante contra 80,28% em 2019. O passivo não circulante corresponde a 57,98% em 2020 e 80,28% em 2019, sendo impactado de forma significativa pelos empréstimos e financiamentos da entidade, quando comparamos as suas informações financeiras consolidadas. O Patrimônio Líquido da Empresa representa 12,33% em 2020 e um total percentual de 15,06% em 2019.

Já a análise horizontal compara-se os valores em relação a um período-base, neste caso, comparando os valores sempre com o ano de 2019. O Ativo Circulante em 2020 apresentou aumento de 26,40 % em relação a seu ano anterior. O Permanente apresenta redução pequena, menos de 3%. Todos estes fatos somados representaram um aumento de aproximadamente 23%. O Passivo total apresenta decréscimo de aproximadamente 16% entre 2020 e 2019.

O Resultado do Exercício apresentou um aumento de 12,58% acerca da receita entre 2020 e 2019.

De acordo com as análises verticais acima, entendemos que o ativo, de forma geral, possuiu uma variação de 27% entre 2020 e 2019, com destaques para maiores variações entre o imobilizado e o contas a receber. Uma vez que o imobilizado aumenta, devido a melhorias no imobilizado. Uma vez que sua capacidade operacional melhora, entendemos que é factível esperar um aumento na rubrica de contas a receber e na receita.

A respeito do passivo e do patrimônio líquido, as maiores variações horizontais ocorridas se deram devido às segregações de curto e longo prazo de empréstimos, bem como aumento nos impostos devidos e no passivo contingente.

Sobre o resultado do consolidado da Orizon Valorização de Resíduos S.A., os seus custos, despesas e receitas mantiveram-se em linha entre os exercícios analisados. Entretanto, diante do prejuízo em 2019, identificamos que a situação foi revertida, analisando horizontalmente as despesas e custos porque não tiveram despesas com reconhecimento de *impairment* no exercício de 2020.

## 4.2 ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Abaixo demonstra-se os cálculos dos índices de liquidez, rentabilidade, estrutura de capital, endividamento e econômica.

### i. Liquidez Imediata/Liquidez Seca

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando as disponibilidades em relação ao passivo circulante, alcançamos um percentual de 8,31% contra 6,09% em 2019. Além disso, entendemos que a liquidez imediata da Companhia possui o mesmo índice da liquidez seca, uma vez que a entidade não possui estoques.

### ii. Liquidez Corrente

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando o ativo circulante em relação ao passivo circulante, alcançamos um percentual de 78,10% contra 54,15% em 2019.

### iii. Liquidez Geral

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando o ativo total em relação ao passivo total, alcançamos um percentual de 78,10% contra 54,15% em 2019.

### iv. Participação do capital de terceiros (endividamento)

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando o total do capital de terceiros (empréstimos e financiamentos) em relação ao patrimônio líquido, alcançamos um percentual de 393,66% contra 406,04% em 2019.

### v. Composição do endividamento

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando o total do passivo em circulante em relação ao capital de terceiros, alcançamos um percentual de 61,15% contra 50,79% em 2019.

#### vi. Imobilização do Patrimônio Líquido

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando o total do ativo imobilizado em circulante em relação ao patrimônio líquido, alcançamos um percentual de 343,54% contra 276,52% negativos em 2019, uma vez que o exercício de 2019 apresentou prejuízo.

#### vii. Margem Líquida

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando o total do lucro líquido em relação a receita líquida, alcançamos um percentual de 6,02% contra 4,76% negativo em 2019, já que o resultado de 2019 apresentou prejuízo.

#### viii. Rentabilidade do ativo

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando o total do lucro líquido em relação ao ativo total, alcançamos um percentual de 4,58% contra 3,13% negativo em 2019, uma vez que o resultado de 2019 apresentou prejuízo.

#### ix. Rentabilidade do patrimônio líquido

Para o ano de 2020 sobre o consolidado, considerando o total do lucro líquido em relação ao patrimônio líquido, alcançamos um percentual de 28,54% contra 16,85% negativo em 2019, uma vez que o resultado de 2019 apresentou prejuízo.

#### 4.2.1 Análise de liquidez

Verifica-se que a liquidez imediata que representa o valor que a empresa dispõe imediatamente para saldar dívidas de curto prazo. Considere-se que a composição etária do numerador e denominador é completamente distinta. No numerador temos fundos imediatamente disponíveis. Os cálculos acima apresentam os seguintes índices de liquidez imediata em cada um dos períodos analisados: 8,31% e 6,09% para os anos de 2020 e 2019, respectivamente; a empresa manteve capacidade de pagamento suficiente nos períodos analisados, uma vez que seus indicadores não



ficaram abaixo de 1%. Conforme cálculos acima, evidenciamos que a liquidez seca é a mesma da liquidez imediata, uma vez que a entidade não trabalha com estoques.

A liquidez corrente relaciona quantos reais à empresa dispõe imediatamente disponíveis e conversíveis a curto prazo em dinheiro, é um índice divulgado, e frequentemente considerado o melhor indicador da situação de liquidez da empresa. Uma simples divisão entre Ativo Circulante e Passivo Circulante produz o índice de Liquidez Corrente, que reflete a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo. Conforme MATARAZZO (2010, p.102), “Quanto a empresa possui no Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante”, também chamada de Medida de Solvência, pois é o índice que melhor reflete a situação de liquidez da empresa, uma vez que o ideal é que fique acima de 1, interpretando que, quanto maior este índice, é melhor para a solvência das obrigações da companhia. De acordo com nossos cálculos acima, disponibilizados em percentuais, identificamos que a companhia apresentou, para os anos de 2020 e 2019, respectivamente, 78,10% e 54,15%, mostrando que a entidade possui uma capacidade de solvência ótima.

#### 4.2.2 Análise estrutural

Analisando a estrutura de capital, verifica-se que o endividamento, mostra qual a proporção da participação dos Capitais de Terceiros em relação aos Capitais Próprios, relacionado o Exigível total com Patrimônio Líquido, esta porcentagem não pode ser muito grande, indicando assim que a entidade possui liberdade financeira para a tomada de decisões. Também explicam a qualidade e a quantidade da dívida, quando se refere a qualidade, mostra a composição da dívida, ou seja, o quanto a empresa deve a curto e longo prazo, estabelecendo percentuais que podem ser interpretados, quanto a bom, ruim, razoável e ótimo. Entendemos que, tratando-se da composição do endividamento, conforme cálculos realizados acima, a companhia apresentou, em 2020 e 2019, respectivamente, 61,15% e 50,79%, o que não é bom para a companhia, pois a deixa atrelada demais ao capital de terceiros. Embora o endividamento da companhia seja alto demais, devemos levar em consideração que uma de suas atividades operacionais refere-se a emissão de créditos de carbono em contrato com diversos bancos e órgãos privados nacionais e internacionais que estimulam este tipo de atividade. Ainda que sua situação perante ao endividamento não seja boa, a

entidade é referência no Brasil e uma das pioneiras nas companhias de capital aberto no que tange a atividade com emissão de créditos de carbono.

A imobilização do PL indica a proporção dos recursos próprios, sobre os recursos de terceiros, demonstrando o quanto empresa possui de recursos próprios para cada 1 real de recursos de Terceiros na empresa. Na companhia analisada, a companhia possui folga no aspecto em questão, uma vez que, para 2020 e 2019, respectivamente, apresenta 343,54% e 276,52% de acordo com as devidas proporções.

É conveniente que este índice seja inferior a 1, indicando que o Patrimônio da empresa é suficiente para cobrir as imobilizações efetuadas. A Orizon Valorização de Resíduos S.A. apresenta este índice altíssimo, devido ao alto grau de endividamento da companhia.

#### 4.2.3 Análise de rentabilidade

A empresa Cia Orizon Valorização de Resíduos S.A., a respeito da sua margem líquida, apresentou um aumento comparando os anos de 2020 e 2019. Em 2020 a sua margem líquida, comparando o lucro líquido com a receita líquida do exercício, foi de 6,02%, enquanto em 2019 foi de 4,76% negativo. Essa evolução se dá devido a ausência de despesas com provisões com redução ao valor recuperável, fato este que aumentou as despesas e custos e, por consequência, impactou o lucro líquido do exercício em 2019, ocasionando um prejuízo.

#### 4.2.4 Análise do capital de giro

A respeito do conceito da análise do capital de giro, podemos entender que:

A análise de capital de giro retrata o conjunto de ingressos e desembolsos de recursos financeiros de uma empresa no passado ou no futuro. Se tiver enfoque do futuro é uma peça de planejamento financeiro. Se referir-se ao passado é um importante informativo sobre as contas da empresa. A demonstração em questão é retrospectiva, ou seja, em relação ao passado. Neste sentido, ela discrimina todos os eventos, de forma sumarizada, que afetaram as disponibilidades de numerário, partindo do saldo inicial até chegar ao saldo final do caixa.

A necessidade de capital de giro é definida pela expressão:

**NCG = ativo cíclico – passivo cíclico** (MOREIRA, 2011, p. 46)

Sendo assim, o Capital de Giro ou Capital Circulante Líquido é representado pelo excedente das contas de curto prazo, ativo circulante em relação ao passivo circulante, é o volume de recursos constantes no ativo circulante que deverão gerar condições de crescimento nas atividades da empresa. Em nosso exemplo estudado, entendemos que o total do passivo circulante é superior ao ativo circulante, o que indica que a companhia precisa de maior qualidade de recursos para suprir suas necessidades a curto prazo. Como informação adicional, podemos deduzir que, dadas as circunstâncias, a curto prazo, não são benéficas para a Companhia, se analisarmos apenas o patrimônio a curto prazo.

A seguir apresentam-se os produtos da análise de balanços:

**Situação financeira:** Análise e planejamento financeiro dizem respeito à transformação dos dados financeiros, de forma que possam ser utilizados para monitorar a situação financeira da empresa, avaliação da necessidade de se aumentar (ou reduzir) a capacidade produtiva e determinação de aumentos (ou reduções) dos financiamentos. Conforme descrito nos tópicos acima acerca da liquidez, a companhia possui indicadores de liquidez que nos fazem entender que a companhia possui qualidade monetária suficiente para honrar seus compromissos.

**Situação econômica:** Ao iniciar as suas atividades, um novo empreendimento deve analisar a utilização das origens de recursos, onde os gestores têm a oportunidade de avaliar quais as melhores formas de investimento, utilizando cálculos como o da taxa média de retorno, prazo de retorno, valor atual líquido e taxa interna

de retorno, deve-se então analisar se o retorno do capital investido, será compensador em um determinado período de tempo. Pelos devidos valores investidos na companhia nos anos de 2020 e 2019, a empresa apresentou prejuízo no ano anterior e lucro no atual ano, demonstrando que superou o seu quadro de prejuízo e que hoje apresenta uma situação muito mais sólida do ponto de vista econômico para geração de valor.

**Causas das alterações na situação financeira:** A grande quantidade do endividamento da companhia é um fator crucial para “folga” em seu caixa e, por sua consequência, em fatores que vão influenciar a sua liquidez. Essa decisão poderá envolver diversos fatores como: posicionamento estratégico x demanda no mercado, concorrência e maximização de retorno, de acordo com o ciclo de vida do serviço prestado.

**Causas das alterações na rentabilidade:** Considerando-se o aumento de lucros entre os períodos analisados, torna-se necessário uma redução de custos para maior maximização e aproveitando da sua receita operacional. Abordando-se então a gestão de custos, podemos citar como objetivos relacionados a tal as medidas abaixo:

**Providências que deveriam ser tomadas para melhor rentabilidade da companhia:**

- 1) Situação de demanda dos serviços, gerindo os seus custos de uma maneira mais eficiente de acordo com a quantidade demandada de serviços pelos seus clientes para, por consequência, obter uma maior alavancagem do seu resultado;
- 2) Posicionamento competitivo da empresa, podendo adotar uma abordagem competitiva ou de posição específica;
- 3) A estrutura de custos existente, visando o estabelecimento da margem de lucratividade mínima desejada;
- 4) A estruturação de um padrão referencial para ações de planejamento das empresas face às relações legais e de Governo.

**Avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras:** Analisar as demonstrações contábeis supõe a preparação de informações aproveitáveis para os usuários, sendo que cada um destes pode ter uma necessidade diferente. Em uma análise, devemos ter o reconhecimento completo das particularidades existentes na

empresa e dos relatórios financeiros, a fim de podermos comparar os componentes e fornecer uma boa interpretação.

Como o Imobilizado faz parte da principal atividade da empresa (gestão de aterros sanitários, prestação de serviços para valorização de resíduos e captação de gases para venda de créditos de carbono junto a bancos credores), entendemos que um alto valor registrado no imobilizado faz jus à operação da entidade. Entretanto, ainda que a Companhia possua altos empréstimos com bancos credores com a finalidade de financiar tanto sua atividade operacional quanto parte da sua receita com venda de créditos de carbono, este alto passivo pode se tornar crucial a longo prazo, uma vez que sua liquidez pode começar a não ser tão eficaz como está sendo, tendo em vista os números apresentados acima.

Considerando-se o aumento de lucros, torna-se necessário uma redução de custos, abordando-se então a gestão de custos, conforme citado anteriormente e suas devidas medidas a serem tomadas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como finalidade avaliar a importância da análise econômico e financeira como ferramenta de avaliação de resultados para as empresas de sociedade anônima, que, no caso em específico utilizou-se a empresa Companhia Orizon Valorização de Resíduos S.A., que atua no setor de energia sustentável. Verificou-se a necessidade de uma melhor análise do ciclo empresarial, bem como a evolução da ciclometria das demonstrações financeiras, de forma a contribuir para a tomada de decisões gerenciais, com foco na gestão da sua situação econômica e financeira.

Verificou-se a importância da análise econômico e financeira de uma empresa de sociedade anônima, visando melhor pesquisar, consolidar, validar informações, emitir relatórios demonstrativos, bem como elaborar análises e pareceres, que podem declarar aptos e capazes de exercer os princípios e normas contábeis. Cada vez mais, os acionistas buscam reivindicar uma remuneração maior que os geradores de capital de terceiros, no caso os credores, pois é analisada a participação de cada agente geradora de capital a longo prazo, através do custo total da empresa.

Em suma, quanto maior a empresa, maior será o número de acionistas, sendo que grande parte do capital próprio provém de acionistas. A taxa de retorno mínima

compõe a expectativa de retorno desses acionistas. O capital próprio é considerado um investimento de risco, pois pode ser afetado diretamente pelo insucesso de uma gestão.

Desta forma, torna-se importância analisar as seguintes recomendações:

- Demonstrar a evolução, conceitos e aplicações da alavancagem operacional e financeira;
- Verificar as principais técnicas utilizadas para gestão orçamentária, bem como analisando o ponto de equilíbrio, custos fixos e variáveis;
- Demonstrar a utilização da alavancagem total e sua análise combinada;
- Buscar uma análise a partir de uma perspectiva da alavancagem operacional e financeira na gestão orçamentária, sua importância, evolução e perspectivas futuras, com total enfoque na situação financeira e econômica da entidade, bem como destacado nos tópicos acima.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASHIKAGA, Carlos Eduardo Garcia. **As sociedades no novo Código**. Teresina-PI, ano 8, n.8, set./2003.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. **Sociedade Anônima**. 2.ed. Belo Horizonte:Del Rey, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. 12.ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HERNANDEZ, José Peres Junior. **Elaboração das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDICIBUS, S. **Introdução à teoria da contabilidade**. 11 ed., São Paulo : Atlas, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

NADER, P. **Introdução do Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Fácil**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANVICENTE, Antônio Zoratto, **Administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 2007.